



#NOVOREGISTO:CODIGOBARRAS#

ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS | DIRIGENTES

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal

REQUERENTE

Nome do trabalhador	_____
A exercer funções	_____ Nº. Mecanográfico _____
Serviço	_____

OBJETO DO REQUERIMENTO

Vem requerer a V. Exa, nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, adaptado à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações das Leis, 82-B/2014, de 31 de dezembro, 42/2016, de 28 de dezembro e a 114/2017, de 29 de dezembro e nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, autorização para acumulação de funções:

Públicas (art.º 21.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho na sua redação atual) Privadas (art.º 22.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho na sua redação atual)

Em cumprimento do artigo 23º do diploma acima citado, declara que:

a) A atividade a acumular será exercida em¹ _____

b) O horário de trabalho a praticar será _____

c) A remuneração a auferir será de _____, _____ €/mês²

d) O trabalho será: Autónimo (por conta própria) Subordinado (contrato)

e consiste em³ : _____

Em cumprimento do artigo 21º do diploma acima citado:

e) Justificação do manifesto interesse público (O "interesse público tem sido representado como a esfera de necessidades vitais, de uma determinada comunidade, que só coletivamente prosseguidas podem ser satisfeitas." Prof. Vasco Pereira da Silva. Entenda-se por comunidade, Évora).

Em cumprimento do artigo 22º do diploma acima citado:

f) Que não existe conflito com as funções públicas que desempenho na Câmara, uma vez que:

Não são concorrentes, similares ou conflituantes; (Consideram-se concorrentes, similares ou conflituantes com as funções publicas, as atividades privadas que tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários)

Não há incompatibilidade com as funções públicas que exercidas;

Não são desenvolvidas em horário sobreposto;

Não comprometem a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho de funções públicas;

Não acarreta prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;

g) Mais declara que se compromete a cessar de imediato esta atividade no caso de ocorrência superveniente de conflito.

¹ Indicar o local e entidade onde pretende exercer a atividade.



#NOVOREGISTO:CODIGOBARRAS#

² Caso não tenha uma remuneração certa indique uma estimativa.

³ Fazer uma descrição sucinta do trabalho que vai exercer em acumulação.

OUTRAS DECLARAÇÕES

* O(A)subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Pede deferimento,

Évora, _____ de _____ de _____

O(A) Trabalhador(a)

(Assinatura conforme Documento de Identificação)



#NOVOREGISTO:CODIGOBARRAS#

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu (Nome completo) _____
portador(a) do Cartão de Cidadão n.º _____, válido até ____/____/_____, portador(a) do Número de
Identificação Fiscal _____, residente em _____

_____,
Código Postal _____, com os seguintes contactos: telefone/telemóvel _____; endereço
eletrónico: _____, declaro para os efeitos

previstos no disposto no artigo 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral Proteção de Dados) prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais acima indicados, ao Município de Évora, Pessoa Coletiva n.º 504828576, com sede na Praça do Sertório, 7004-506 Évora, o qual deverá manter no respetivo sítio eletrónico, em cada momento, a identidade das pessoas responsáveis pelo tratamento, com a estrita finalidade para os efeitos previstos no processo assinalado neste documento, e durante o período de tempo que durar este processo, salvo no caso de, por minha vontade ou por motivo de força maior, deixarem de estar reunidas as condições necessárias para o meu processo, sendo que, os referidos dados poderão ser conservados para efeitos de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, sem limite temporal, desde que anonimizados, pseudonimizados ou cifrados de forma a deixarem de revestir a natureza de dados pessoais para os efeitos da lei.

A presente declaração constitui título bastante para conferir autorização para o tratamento dos meus dados pessoais no processo assinalado neste documento.

Tomei conhecimento de que a falta de consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais terá como resultado assumir a minha total e única responsabilidade em deslocar-me aos serviços do Município de Évora para tratar do processo assinalado neste documento. O Município de Évora garante a confidencialidade deste processo e bem assim da documentação recebida e as informações transmitidas pelo(s) Requerente(s) será utilizada unicamente no âmbito do referido neste processo e dentro dos limites estritamente necessários para assegurar o bom processamento e análise do requerido.

Os dados pessoais cujo tratamento se autoriza pela presente declaração não poderão servir para quaisquer fins de comercialização direta ou outros de natureza comercial, incluindo a definição de perfis ou para quaisquer outras decisões automatizadas e poderão ser objeto de portabilidade nos termos do artigo 20.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados. O Município de Évora compromete-se, no âmbito do processo apresentado, a cumprir o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, bem como na demais legislação aplicável designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenham tido acesso ou que lhes sejam transmitidas no âmbito deste processo, sem que para tal tenha sido expressamente autorizada, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para finalidades determinantes de recolha, abstendo-se de qualquer uso fora do contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.

Processo de: Autorização para acumulação de funções

Mais declaro, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados ter tomado conhecimento dos seguintes direitos que me assistem relativamente aos meus dados pessoais constantes da referida base de dados:

a) Retirar o meu consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos meus dados pessoais;



#NOVOREGISTO:CODIGOBARRAS#

- b) Opor-se à continuação de tratamento dos meus dados pessoais;
- c) Solicitar ao responsável pelo tratamento de dados pessoais o acesso aos mesmos, bem como a respetiva retificação ou apagamento, incluindo o exercício do “direito a ser esquecido”;
- d) Apresentar queixa à Comissão Nacional de Proteção de Dados, obtendo, para o efeito, junto do Município de Évora os contactos da mesma;
- e) Ser informado(a), a pedido, sobre as finalidades do tratamento, as categorias dos dados envolvidos, a identidade dos destinatários a quem tenham sido divulgados e o período de conservação dos meus dados pessoais;
- f) O direito de consulta, acesso, retificação, atualização ou eliminação dos meus dados pessoais disponibilizados no âmbito dos registos e do processo de fiscalização apresentados ao abrigo do presente Regulamento, mediante comunicação, para o efeito, por correio eletrónico enviado para o email: cmevora@cm-evora.pt.

Declaro ainda que presto o meu consentimento ao Município de Évora para os serviços deste, contactarem-me telefonicamente ou por SMS. para o contacto que agora disponibilizo, por correio eletrónico identificado nesta declaração, ou por expedição de correspondência postal para a morada identificada nesta declaração.

Évora, ____ de _____, de _____

(assinatura conforme o CC)



#NOVOREGISTO:CODIGOBARRAS#

ANEXO
Regime Jurídico da Acumulação de Funções
Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Artigo 20.º
Incompatibilidade com outras funções

As funções públicas são, em regra, exercidas em regime de exclusividade.

Artigo 21.º
Acumulação com outras funções públicas

- 1 — O exercício de funções públicas pode ser acumulado com outras funções públicas não remuneradas, desde que a acumulação revista manifesto interesse público.
- 2 — O exercício de funções públicas pode ser acumulado com outras funções públicas remuneradas, desde que a acumulação revista manifesto interesse público apenas nos seguintes casos:
 - a) Participação em comissões ou grupos de trabalho;
 - b) Participação em conselhos consultivos e em comissões de fiscalização ou outros órgãos colegiais de fiscalização ou controlo de dinheiros públicos;
 - c) Atividades docentes ou de investigação de duração não superior à fixada em despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da Administração Pública e da educação e que, sem prejuízo do cumprimento da duração semanal do trabalho, não se sobreponha em mais de um quarto ao horário inerente à função principal;
 - d) Realização de conferências, palestras, ações de formação de curta duração e outras atividades de idêntica natureza.

Artigo 22.º
Acumulação com funções ou atividades privadas

- 1 — O exercício de funções públicas não pode ser acumulado com funções ou atividades privadas, exercidas em regime de trabalho autónomo ou subordinado, com ou sem remuneração, concorrentes, similares ou conflituantes com as funções públicas.
- 2 — Para efeitos do disposto no artigo anterior, consideram-se concorrentes, similares ou conflituantes com as funções públicas as atividades privadas que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.
- 3 — O exercício de funções públicas pode ser acumulado com funções ou atividades privadas que:
 - a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;
 - b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;
 - c) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;
 - d) Não provoquem prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.
- 4 — No exercício das funções ou atividades privadas autorizadas, os trabalhadores da Administração Pública não podem praticar quaisquer atos contrários aos interesses do serviço a que pertencem ou com eles conflituantes.
- 5 — A violação do disposto no número anterior determina a revogação da autorização para acumulação de funções, constituindo ainda infração disciplinar grave.

Artigo 23.º
Autorização para acumulação de funções

- 1 — A acumulação de funções nos termos previstos nos artigos anteriores depende de prévia autorização da entidade competente.
- 2 — Do requerimento a apresentar para efeitos de acumulação de funções devem constar as seguintes indicações:
 - a) Local do exercício da função ou atividade a acumular;
 - b) Horário em que ela se deve exercer, quando aplicável;
 - c) Remuneração a auferir, quando aplicável;
 - d) Natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e respetivo conteúdo;
 - e) Justificação do manifesto interesse público na acumulação, quando aplicável;
 - f) Justificação da inexistência de conflito com as funções públicas, quando aplicável;
 - g) Compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada, no caso de ocorrência superveniente de conflito.
- 3 — Compete aos titulares de cargos dirigentes, sob pena de cessação da respetiva comissão de serviço, nos termos do respetivo estatuto, verificar da existência de situações de acumulação de funções não autorizadas, bem como fiscalizar o cumprimento das garantias de imparcialidade no desempenho de funções públicas.

Artigo 24.º
Proibições específicas

- 1 — Os trabalhadores não podem prestar a terceiros, por si ou por interposta pessoa, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, serviços no âmbito do estudo, preparação ou financiamento de projetos, candidaturas ou requerimentos que devam ser submetidos à sua apreciação ou decisão ou à de órgãos ou serviços colocados sob sua direta influência.
- 2 — Os trabalhadores não podem beneficiar, pessoal e indevidamente, de atos ou tomar parte em contratos em cujo processo de formação intervenham órgãos ou unidades orgânicas colocados sob sua direta influência.
- 3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, consideram-se colocados sob direta influência do trabalhador os órgãos ou serviços que:
 - a) Estejam sujeitos ao seu poder de direção, superintendência ou tutela;
 - b) Exerçam poderes por ele delegados ou subdelegados;
 - c) Tenham sido por ele instituídos, ou relativamente a cujo titular tenha intervindo como representante do empregador público, para o fim específico de intervir nos procedimentos em causa;
 - d) Sejam integrados, no todo ou em parte, por trabalhadores por ele designados;
 - e) Cujo titular ou trabalhadores neles integrados tenham, há menos de um ano, sido beneficiados por qualquer vantagem remuneratória, ou obtido menção relativa à avaliação do seu desempenho, em cujo procedimento ele tenha tido intervenção;
 - f) Com ele colaborem, em situação de paridade hierárquica, no âmbito do mesmo órgão ou serviço.
- 4 — Para efeitos das proibições constantes dos n.ºs 1 e 2, é equiparado ao trabalhador:
 - a) O seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ascendentes e descendentes em qualquer grau, colaterais até ao segundo grau e pessoa que com ele viva em união de facto;
 - b) A sociedade em cujo capital o trabalhador detenha, direta ou indiretamente, por si mesmo ou conjuntamente com as pessoas referidas na alínea anterior, uma participação não inferior a 10 %.
- 5 — A violação dos deveres referidos nos n.ºs 1 e 2 constitui infração disciplinar grave.
- 6 — Para efeitos do disposto no Código do Procedimento Administrativo, os trabalhadores devem comunicar ao respetivo superior hierárquico, antes de tomadas as decisões, praticados os atos ou celebrados os contratos referidos nos n.ºs 1 e 2, a existência das situações referidas no n.º 4.
- 7 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 51.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação atual.